

Apostila elaborada pelo Professor Pedro Kuhn com foco total no CONCURSO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (TRT-21) COM EDITAL PUBLICADO E PROVA AGENDADA PARA O DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2023!!



Oficial de Justiça Avaliador Federal vinculado ao TRT4 Pedro Kuhn possui graduação em Direito pela UNIRITTER e Pós Graduação em Direito Público pela Faculdade IDC.

Cursou Escola da Magistratura Federal e Escola da Magistratura do Trabalho. Sócio Fundador da Casa do Concurseiro e com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos há mais de 15 anos e hoje FUNDADOR DO CONCURSEIRO ON!

Aprovado e nomeado em todos os Concursos Públicos que prestou como, por exemplo, Agente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Técnico Judiciário do TRT4, Analista Judiciário do TRT4 (onde desempenhou a Função de Confiança de Assessor de Juiz) desempenhou a função de Analista Judiciário do TRE-RS junto a Secretaria Judiciária Seção de Direitos Políticos quando pediu exoneração por posse em outro cargo inacumulável que é o de Oficial de Justiça que desempenha até hoje. Leciona Direito Eleitoral, Direito Material e Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Institucional e Ética no Serviço Público.

“Sua experiência de Concurseiro será diferente após assistir a uma aula minha”
Palavras do Professor Pedro.



Conteúdos previstos no EDITAL DO TRT-21 RN e todo abordado em nosso curso:

DIREITO DO TRABALHO: Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso. Trabalho intermitente. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária. Da identificação profissional: da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, sua emissão, entrega e anotações; do valor das anotações da CTPS. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização. Do aviso prévio. Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável; da força maior. Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas. Do salário mínimo: conceito, irredutibilidade e garantia. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; das férias coletivas; da remuneração e do abono de férias, dos efeitos da cessação do contrato de trabalho; do início da prescrição. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função. Do FGTS. Da prescrição e decadência. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; do equipamento de proteção individual - EPI; das atividades insalubres e perigosas. Das disposições especiais sobre duração e condições de Trabalho (Capítulo I do Título III da CLT); Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor (Capítulos III e IV do Título III da CLT). Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade (art. 10 do ADCT). Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho. Do direito de greve; dos serviços essenciais. Da renúncia e transação. Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017). Dano moral nas relações de trabalho. Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho. Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467 de 2017. Acidentes do Trabalho. Princípios gerais de responsabilidade civil trabalhista. Assédio moral e sexual. Princípios da igualdade e da não discriminação. Lei nº 14.457 DE 2022.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Formas de solução de conflitos trabalhistas. Fontes do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competência (EC 45/2004). Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Composição do Tribunal Superior do Trabalho. Do Juiz do Trabalho: poderes, impedimento e suspeição. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: Secretarias das Varas do Trabalho; Distribuidores; Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores. Ministério Público do Trabalho: organização. Processo judiciário do trabalho: princípios específicos do processo do trabalho; princípios gerais do processo aplicáveis ao processo do trabalho (aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho). Atos, termos e prazos processuais. Distribuição. Custas e emolumentos. Partes e procuradores; jus postulandi; substituição e representação processuais; capacidade postulatória no processo do trabalho; assistência judiciária; honorários de advogado. Nulidades no processo do trabalho: princípio

informador; momento de arguição, preclusão. Exceções. Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; notificação das partes; arquivamento do processo; revelia e confissão. Da prova testemunhal: quantidade de testemunhas, impedimento e suspeição. Prova documental: falsidade documental. Prova pericial. Honorários periciais: responsabilidade pelo pagamento. Dissídios individuais: forma de reclamação e notificação; reclamação escrita e verbal; requisitos da petição inicial no processo do trabalho; legitimidade para ajuizar. Procedimento ordinário e sumaríssimo. Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial, Consignação em pagamento, Ação Monitória, Ação Rescisória e Mandado de Segurança. Sentença e coisa julgada; liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. Dissídios coletivos: competência para julgamento, legitimidade para propositura, extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa; efeito suspensivo. Da Ação Civil Pública: legitimidade e cabimento no processo do trabalho. Execução: iniciativa da execução; do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida. Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis. Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro. Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução. Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos; recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST, embargos de declaração, embargos infringentes e agravo regimental. Reclamação Correccional. Do incidente de uniformização de jurisprudência. Do Incidente de Recursos de Revista e Embargos Repetitivos (IN 38/TST). Do Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico. Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho. Instruções Normativa do Tribunal Superior do Trabalho que tratam de Processo do Trabalho – números 38, 39 e 40. Resolução CSJT nº 314/2021 (precatórios), Resolução CSJT nº 247/2019.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho..... | página 10 |
| Dos Órgãos e da Competência da Justiça do Trabalho (Artigos 111 a 116 da Constituição Federal) | página 12 |
| Dos Direitos Sociais (Artigos 6 a 11 da Constituição Federal)..... | página 17 |
| Da Introdução a CLT (Artigos 1 a 11-A) | página 29 |
| Dos Poderes do Empregador no Contrato de Trabalho..... | página 36 |
| Relações de Trabalho <i>Lato sensu</i> | página 37 |
| Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho – Da Identificação Profissional – Da Carteira de Trabalho e Previdência social | página 39 |
| Da Emissão da Carteira | página 39 |
| Das Anotações | página 40 |
| Das Reclamações por falta ou recusa de anotação | página 41 |
| Do Valor das Anotações | página 42 |
| Dos Livros de Registro de Empregados | página 42 |
| Da Falsificação de Carteira de Trabalho | página 43 |
| Da Duração do Trabalho (Artigos 57 a 65)..... | página 43 |
| Dos períodos de descanso (Artigos 66 a 72)..... | página 49 |
| Do Trabalho Noturno (Artigo 73) | página 51 |
| Do Quadro de Horário (Artigos 74 a 75)..... | página 52 |
| Do Teletrabalho (Artigos 75-A a a 75-F)..... | página 52 |
| Do salário mínimo (Artigos 76 a 126)..... | página 55 |
| Das Férias anuais – Direito a férias e sua duração (Artigos 129 a 133)..... | página 57 |
| Da Concessão e da época das Férias (Artigos 134 a 138)..... | página 58 |
| Das férias coletivas (Artigos 139 a 141)..... | página 60 |

| | |
|--|-----------|
| Da Remuneração e do abono de férias (Artigos 142 a 145)..... | página 61 |
| Dos Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho (Artigos 146 a 149) | página 62 |
| Da Segurança e da Medicina do Trabalho – disposições gerais (Artigos 154 a 161) | página 63 |
| Dos Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas (Artigos 162 a 165)..... | página 64 |
| Dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) | página 65 |
| Das Atividades Insalubres ou Perigosas (Artigos 189 a 197) | página 65 |
| Da Prevenção da Fadiga (Artigos 198 a 199) | página 67 |
| Das Outras Medidas Especiais de Proteção (Artigos 200 a 201) | página 67 |
| Do Dano Extrapatrimonial (Artigos 223-A a 223-G) | página 68 |
| Das normas Especiais sobre duração e condições de Trabalho (Título III) | página 70 |
| Dos Bancários (Artigos 224 a 226) | página 70 |
| Dos Empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia (Artigos 227 a 231) | página 71 |
| Dos Músicos Profissionais (Artigos 232 a 233) | página 72 |
| Dos Operadores cinematográficos (Artigos 234 a 235) | página 72 |
| Do Serviço do Motorista Profissional Empregado (Artigos 235-A a 235-G) | página 73 |
| Do serviço ferroviário (Artigos 236 a 247) | página 77 |
| Das equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca (Artigos 248 a 252) | página 79 |
| Dos Serviços Frigoríficos (Artigo 253) | página 80 |
| Do Trabalhos em minas e subsolo (Artigos 293 a 301) | página 81 |
| Dos Jornalistas profissionais (Artigos 302 a 316) | página 81 |
| Dos Professores (Artigos 317 a 323) | página 83 |
| Dos Químicos (Artigos 325 a 351) | página 84 |
| Da Proteção do Trabalho da Mulher – Da duração, condições do trabalho e da discriminação contra a mulher (Artigos 372 a 390) | página 88 |
| Da Proteção a maternidade (Artigos 391 a 401) | página 92 |

| | |
|---|-------------|
| Da Proteção do Trabalho do Menor – Disposições Gerais (Artigos 402 a 423) | página 88 |
| Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores da Aprendizagem (Artigos 424 a 441) | página 95 |
| Do Contrato Individual do Trabalho – Disposições Gerais (Artigos 442 a 456-A) | página 104 |
| Gratificação Natalina (13º salário) | página 109 |
| Da Remuneração (Artigos 457 a 467)..... | página 112 |
| Da Alteração (Artigos 468 a 470)..... | página 118 |
| Da Suspensão e da interrupção (Artigos 471 a 476)..... | página 119 |
| Da Rescisão (Artigos 477 a 486)..... | página 124 |
| Do Aviso prévio (Artigos 487 a 491)..... | página 132 |
| Da Estabilidade (Artigos 492 a 500) | página 134 |
| Da Força Maior (Artigos 501 a 504) | página 136 |
| Disposições especiais (Artigos 505 a 510)..... | página 137 |
| Da Representação dos Empregados (Artigos 510-A a 510-D)..... | página 138 |
| Da Organização Sindical (Artigos 511 a 610)..... | página 140 |
| Das Convenções Coletivas de Trabalho (Artigos 611 a 625) | página 165 |
| Das Comissões de Conciliação Prévia (Artigos 625-A a 625-H)..... | página 171 |
| Da Justiça do Trabalho - Introdução (Artigos 643 a 646)..... | página 173 |
| Das Juntas de Conciliação e Julgamento (Artigos 647 a 649)..... | página 173 |
| Jurisdição e Competência das Juntas (Artigos 650 a 653) | páginas 174 |
| Dos Presidentes das Juntas (Artigos 654 a 659)..... | página 175 |
| Dos Vogais das Juntas (Artigos 660 a 667)..... | página 177 |
| Dos Juízes de Direito (Artigos 668 a 669)..... | página 178 |
| Dos Tribunais Regionais do Trabalho – da Composição e do Funcionamento (Artigos 670 a 673)..... | página 179 |
| Da Jurisdição e Competência (Artigos 674 a 680)..... | página 180 |
| Dos Presidentes dos Tribunais Regionais (Artigos 681 a 683) | página 182 |

| | |
|---|------------|
| Dos Juizes Representantes Classistas dos Tribunais Regionais (Artigos 684 a 689)..... | página 182 |
| Do Tribunal Superior do Trabalho – Disposições Preliminares (Artigos 690 a 692)..... | página 182 |
| Da Composição e Funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho (Artigos 693 a 701) | página 182 |
| Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho – da Secretaria e das Juntas de Conciliação e Julgamento (Artigos 710 a 712)..... | página 184 |
| Dos Distribuidores (Artigos 713 a 715)..... | página 185 |
| Do Cartório dos Juizes de Direito (Artigos 716 e 717)..... | página 185 |
| Das Secretarias dos Tribunais Regionais (Artigos 718 a 721)..... | página 186 |
| Dos Oficiais de Diligência (Artigo 721)..... | página 186 |
| Do Ministério Público do Trabalho – Disposições gerais (Artigos 736 a 739)..... | página 187 |
| Da Procuradoria da Justiça do Trabalho – Da Organização (Artigos 740 a 745)..... | página 187 |
| Da Competência da Procuradoria-geral (Artigo 746)..... | página 188 |
| Da Competência das Procuradorias Regionais (Artigo 747)..... | página 189 |
| Das Atribuições do Procurador-geral (Artigo 748)..... | página 189 |
| Das atribuições dos Procuradores(Artigo 749)..... | página 189 |
| Das atribuições dos Procuradores Regionais (Artigos 750 a 751)..... | página 190 |
| Da Secretaria (Artigos 752 a 754)..... | página 190 |
| Da Procuradoria de Previdência Social – Da Organização (Artigos 755 a 756) | página 191 |
| Da Competência da Procuradoria (Artigo 757)..... | página 191 |
| Das atribuições do Procurador-Geral (Artigo 758)..... | página 191 |
| Da atribuições dos Procuradores (Artigo 759)..... | página 192 |
| Da Secretaria (Artigos 760 a 762)..... | página 192 |
| Do Processo Judiciário do Trabalho - Disposições Preliminares (Artigos 763 a 769) | página 192 |
| Dos Atos, termos e prazos processuais (Artigos 770 a 782)..... | página 193 |
| Da Distribuição (Artigos 783 a 788)..... | página 196 |
| Das Custas e emolumentos (Artigos 789 a 790) | página 196 |

| | |
|--|------------|
| Das partes e procuradores (Artigos 791 a 793)..... | página 200 |
| Da responsabilidade por dano processual (Artigos 793-A a 793-D)..... | página 202 |
| Das Nulidades (Artigos 794 a 798)..... | página 204 |
| Das Exceções (Artigos 799 a 802)..... | página 204 |
| Dos Conflitos de Jurisdição (Artigos 803 a 812)..... | página 206 |
| Das Audiências (Artigos 813 a 817)..... | página 208 |
| Das Provas (Artigos 818 a 830)..... | página 209 |
| Da decisão e sua eficácia (Artigos 831 a 835)..... | página 211 |
| Dos Dissídios Individuais – da forma de reclamação e da notificação (Artigos 837 a 842)..... | página 213 |
| Da Audiência de Julgamento (Artigos 843 a 852)..... | página 215 |
| Do Procedimento sumaríssimo (Artigos 852-A a 851-I)..... | página 218 |
| Do Inquérito para apuração de falta grave | página 220 |
| Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (Artigo 855-A)..... | página 221 |
| Do Processo de Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial (Artigos 855-B a 855-E)..... | página 223 |
| Dos Dissídios Coletivos – Da Instauração de Instância (Artigos 856 a 859)..... | página 224 |
| Da Conciliação e do Julgamento (Artigos 860 a 867)..... | página 225 |
| Da Extensão das Decisões (Artigos 868 a 867)..... | página 226 |
| Do Cumprimento das Decisões (Artigo 872)..... | página 227 |
| Da Revisão (Artigos 873 a 875)..... | página 227 |
| Da Execução – Das Disposições Preliminares (Artigos 876 a 879)..... | página 228 |
| Do Mandado de Penhora (Artigos 880 a 883-A)..... | página 230 |
| Dos Embargos à execução e da sua impugnação (Artigo 884)..... | página 231 |
| Do Julgamento e dos trâmites finais da execução (Artigos 885 a 889)..... | página 232 |
| Da Execução por Prestações Sucessivas (Artigos 890 a 892)..... | página 233 |
| Dos Recursos (Artigos 893 a 901)..... | página 234 |

| | |
|---|------------|
| Da Prescrição e da Decadência..... | página 243 |
| Do FGTS (Lei 8.036/90)..... | página245 |
| Do Seguro Fiança e do Seguro Garantia | página 279 |
| Dos Embargos de Terceiro | página 280 |
| Acidente de Trabalho | página 284 |
| Princípios específicos do Processo do Trabalho | página 290 |
| Súmulas do TST..... | página 296 |
| Orientações Jurisprudenciais da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais ... | página 405 |
| Orientações Jurisprudenciais da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais transitória | página 460 |
| Orientações Jurisprudenciais da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais .. | página 476 |

VAMOS INICIAR NOSSOS ESTUDOS!!



PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

FONTES MATERIAIS: É o momento anterior à lei, é a pressão exercida pelos trabalhadores em busca de melhores e novas condições de trabalho. Ex: Greves

FONTES FORMAIS: É o momento jurídico, é a regra plenamente materializada, é a norma já construída.

As fontes formais se subdividem em:

- A) **FONTES HETERÔNOMAS:** Fontes criadas por agente externo, um terceiro, geralmente o Estado, sem a participação imediata dos interessados: exs: Constituição Federal, Emendas a Constituição, Leis (complementar e ordinária), Medida Provisória, Decreto, Súmulas vinculantes do STF.
- B) **FONTES AUTÔNOMAS:** Fontes criadas com a imediata participação dos destinatários das regras produzidas (trabalhadores) sem interferência de agente externo: exs: convenções coletivas de trabalho, acordo coletivo de trabalho e costume.

HIERARQUIA DAS FONTES:

1. Constituição;
2. Emendas à Constituição;
3. Lei complementar e ordinária;
4. decretos;
5. sentenças normativas e sentenças arbitrais em dissídios coletivos;
6. convenção coletiva;
7. acordos coletivos;
8. costumes



DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO:

1. Princípio da PROTEÇÃO: É o princípio mais abrangente e de maior importância no Direito do Trabalho, consiste em conferir ao polo mais fraco da relação laboral – empregado – uma

superioridade jurídica capaz de lhe garantir mecanismos destinados a tutelar os seus direitos mínimos.

O Direito do Trabalho precisa tratar diferente os desiguais, uma vez que, o trabalhador é a parte hipossuficiente (mais fraca) dentro de uma relação de trabalho, daí o desmembramento do princípio da proteção nos seguintes princípios:

1.1 - PRINCÍPIO IN DÚBIO PRÓ OPERÁRIO que induz ao intérprete da lei a optar, dentre duas ou mais interpretações possíveis, pela mais favorável ao empregado.

1.2 – PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL que faz com que apliquemos sempre a norma mais favorável ao trabalhador, independente de sua posição hierárquica. (artigo 620 da CLT).

1.3 – PRINCÍPIO DA CONDIÇÃO MAIS BENÉFICA que determina a aplicação das condições mais vantajosas estipuladas no contrato de trabalho

2. Princípio da IRRENUNCIABILIDADE DOS DIREITOS: Também chamado de princípio da INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS ou DA INDERROGABILIDADE. Está presente no artigo 9º. Da CLT que dispõe: “Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.”→ Este princípio torna os direitos dos trabalhadores irrenunciáveis, indisponíveis e inderrogáveis.

3. Princípio da CONTINUIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO: A regra presumida, dentro do direito do Trabalho, é a de que os contratos sejam pactuados por prazo indeterminado, passando o trabalhador a integrar a estrutura da empresa de forma permanente, somente por exceção admite-se o contrato por prazo determinado. (ex: contrato de safra, para substituir empregado doente, para executar determinada tarefa).

4. Princípio da PRIMAZIA DA REALIDADE: A verdade real prevalecerá sobre a realidade formal, não importa a documentação, por exemplo, o que vale é a verdade da relação. É bastante utilizado no Direito do Trabalho para impedir procedimentos fraudulentos praticados pelo empregador no sentido de tentar mascarar uma relação de emprego ou diminuir direitos do trabalhador.

5. Princípio da INALTERABILIDADE CONTRATUAL LESIVA: Proíbe-se a alteração do contrato de trabalho prejudicial ao empregado. O artigo 468 da CLT somente permite alterações das cláusulas e condições fixadas no contrato de trabalho em caso de concordância do empregado e desde que não cause prejuízo ao mesmo.

6. Princípio da INTANGIBILIDADE SALARIAL: Dada a natureza alimentar do salário diversos dispositivos legais que protegem o salário do trabalhador, por exemplo: a) das condutas do empregador por meio de regras jurídicas que previnam a retenção, o atraso, a sonegação ou descontos indevidos de salário. b) dos credores dada a impenhorabilidade dos salários: c) dos credores do empregador determinando a manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de falência ou dissolução da empresa. → Derivado deste princípio surge na Constituição Federal de 1988 o **princípio da irredutibilidade salarial** que, como o próprio nome diz, traz como regra a impossibilidade de redução de salários. No entanto, a própria Constituição flexibilizou este princípio pois possibilitou, por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho, a redução temporária de salários (preferiu-se, neste caso, a diminuição temporária dos salários, preservando o bem maior do trabalhador, qual seja o emprego).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

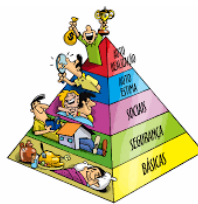
Seção V

Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho



Art. 111 - São órgãos da Justiça do Trabalho:

- I - o Tribunal Superior do Trabalho;
- II - os Tribunais Regionais do Trabalho;
- III - Juizes do Trabalho



Art. 111-A - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022\)](#)

TST → 30 SEM 3 = 27



CUIDADO COM A IDADE DE NOVO É + DE 35 ANOS E MENOS DE 70!!

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º. A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º. Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;



II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.



Conselho Superior da
Justiça do Trabalho

§ 3º. Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

Art. 112 - A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.



Art. 113 - A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Art. 114 - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar



I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO

SUBORDINAÇÃO



ONEROSIDADE



PESSOALIDADE



ALTERIDADE



NÃO-EVENTUALIDADE



II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;



III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Sintrajufe RS
Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS
FILIADO À FENAJUFE

IV - os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;



VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;



VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;



VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:
Art. 149, CRFB

Destinadas a financiar a concretização dos direitos sociais previstos na CRFB/88 quais sejam: direito à seguridade social (sistema que engloba previdência social, assistência social e saúde pública), à habitação, à educação, ao trabalho, etc.

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º. Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.



§ 2º. Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º. Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.



Art. 115 - Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos, sendo: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 122, de 2022\)](#)

+ de 30 e – de 70 anos



I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.



§ 1º. Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.



§ 2º. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.



Art. 116 - Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.



CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Desamparados – Infância – Lazer – Moradia – Alimentação

Segurança – Educação – Maternidade – Previdência – Trabalho – Transporte - Saúde.



SEM



PTTS

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021\)](#)



Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

DESTINATÁRIOS:

Urbano

Rural

Doméstico

Avulso

Aprendiz

Servidor Público

Oficial das Forças Armadas

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;



II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;



III - fundo de garantia do tempo de serviço;



IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;



VELHAS NA TPM SF.

**Vestuário – Educação – Lazer – Higiene – Alimentação – Saúde – Transporte –
Previdência Social - Moradia**

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;



VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;



VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;



IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;



X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;



XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;



XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;



XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;



XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;



XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;